NOTA TÉCNICA DE MODULAÇÃO DE EFEITOS E CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO

Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Programa Rio Doce em Movimento: Esporte, Saúde e Nutrição – Termo de Fomento nº 07/2026.

I – DO OBJETO

Esta nota técnica **examina a comprovação de registro junto ao Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região** apresentada pelo profissional AFONSO LEANDRO MIRANDA COTTA e pela pessoa jurídica TEAM CARLA LTDA, **confronta-a com os requisitos do Edital de Credenciamento nº 001/2026** e **propõe a modulação dos efeitos do saneamento**, de modo a assegurar a continuidade da execução até o encerramento do exercício, sem solução de continuidade no atendimento aos beneficiários.

A **análise restringe-se aos perfis efetivamente envolvidos nas contratações em epígrafe**, não alcançando os demais perfis do Lote 3 nem os Lotes 1 e 2 do credenciamento.

II – DO QUE O EDITAL EXIGE NOS PERFIS ENVOLVIDOS

No edital de credenciamento na íntegra a exigência de registro profissional não é uniforme no ato de habilitação. Nos perfis pertinentes a esta análise, o Capítulo 4 do instrumento convocatório estabelece:

Perfil	Registro da pessoa jurídica	Registro do profissional indicado
3.A – Coordenador(a) de Esporte e Desenvolvimento Integral	Exigido – CREF, em situação regular, com remissão à Resolução CONFEF nº 376/2016	Exigido – registro ativo no CREF (Lei nº 9.696/1998), com diploma de graduação
3.B – Coordenador(a) de Atividade Física Adaptada e Inclusão	Exigido – CREF, em situação regular, com remissão à Resolução CONFEF nº 376/2016	Exigido – registro ativo no CREF, com diploma de graduação

Nos **Perfis 3.A e 3.B a exigência é dupla e cumulativa**, recaindo sobre o estabelecimento e sobre o profissional indicado. Ambos vedam expressamente a participação de pessoa física, de modo que a contratação é celebrada com pessoa jurídica, à qual se dirige o requisito de registro do estabelecimento, nos termos da Lei Federal nº 6.839/1980.

III – DA SITUAÇÃO FÁTICA APURADA

ITEM	AFONSO LEANDRO MIRANDA COTTA	TEAM CARLA LTDA
Perfil credenciado	**[Perfil 3.A]** – Coordenador(a) de Esporte e Desenvolvimento Integral	**[Perfil 3.B]** – Coordenador(a) de Atividade Física Adaptada e Inclusão
Frentes de atuação	Modalidades esportivas regulares do eixo Rio Doce em Movimento:	Atividade física adaptada e inclusiva, com atendimento a idosos, crianças da APAE e crianças atípicas
Documento apresentado	*Declaração expedida em caráter precário* (parágrafo único do art. 16 da Resolução CONFEF nº 617/2026)	Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (Resolução CONFEF nº 477/2023)
Registro	CREF 062817-G/MG – graduado, área de atuação bacharelado	CREF 005976-PJ/MG – CNPJ nº 51.245.203/0001-89
Responsável técnico(a)	O próprio Afonso Leandro Miranda Cotta, CREF 062817-G/MG, que acumula a condição de profissional indicado e de responsável técnico pela execução das aulas	Ana Carla Martins da Cruz – CREF 043835-G/MG
Emissão / validade	02/09/2026 – válida até 02/12/2026	15/07/2026 – válido até 31/03/2027
Dimensão coberta	Profissional indicado e responsável técnico, na condição de pessoa física	Estabelecimento e responsável técnica
Pendência remanescente	Registro do estabelecimento no CREF6/MG	Nenhuma

Registra-se divergência de referência normativa: o edital remete à Resolução CONFEF nº 376/2016, ao passo que o certificado apresentado pela TEAM CARLA LTDA foi expedido sob a Resolução CONFEF nº 477/2023, atualmente em vigor. **Trata-se de sucessão de normas do próprio conselho, sem repercussão sobre a validade do documento**.

IV – DA NATUREZA DO VÍCIO E DO QUE ELE NÃO ALCANÇA

A pendência identificada é uma só, e é preciso qualificá-la com precisão. **Não se trata de ausência de habilitação técnica do profissional que ministra as aulas**. Afonso Leandro Miranda Cotta comprovou registro ativo no CREF6/MG, na categoria graduado e área de atuação bacharelado, em pleno gozo dos direitos alusivos ao exercício profissional, acumulando a condição de profissional indicado e de responsável técnico pela execução das atividades. A aptidão técnica exigida pelo instrumento convocatório para a condução das turmas está, portanto, demonstrada.

O que **remanesce é o registro do estabelecimento perante o conselho**, requisito de natureza empresarial, dirigido à pessoa jurídica prestadora e não ao profissional. Sua ausência configura vício formal na instrução do credenciamento, sanável por providência administrativa junto ao órgão competente, e não causa de desabilitação técnica de quem executa o serviço.

Dessa distinção decorrem três consequências práticas. ***A primeira é que não há fundamento para suspender a execução das atividades***, uma vez que quem as conduz está regularmente habilitado. ***A segunda é que não há fundamento para reter o pagamento das competências***, pois o serviço é prestado por profissional apto, com registro verificável, e a retenção puniria a prestação regular por vício alheio à sua qualidade técnica. ***A terceira é que não se cogita de substituição do profissional indicado, medida que seria contraditória:*** o registro apresentado é justamente o da pessoa física que executa as aulas, e substituí-la não sanearia a pendência, que é do estabelecimento.

A providência adequada e suficiente é conceder prazo para adequação junto ao conselho, mantida a execução, com acompanhamento documentado pelo fiscal do contrato.

V – DOS FUNDAMENTOS DA MODULAÇÃO

a) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 13.655/2018): o art. 20 impõe que a decisão considere suas consequências práticas; o parágrafo único do art. 21 determina que a regularização se dê de modo proporcional e equânime, sem impor aos sujeitos ônus ou perdas anormais; e o art. 23 autoriza regime de transição quando nova exigência recair sobre quem vinha atuando de boa-fé.

b) Edital de Credenciamento nº 001/2026: o item 9.3 autoriza o aditamento dos contratos em até 100% do valor original, com base no art. 10, §3º do Manual de Normas e Procedimentos para Compras, Locações e Prestação de Serviços; o item 16.1 fixa a vigência do credenciamento de 03 de junho a 31 de dezembro de 2026; o item 8.4 obriga o credenciado a manter dados e documentação atualizados e a comunicar alteração de habilitação profissional em até 10 dias; o item 7.5 faculta ao Grupo Semear solicitar os documentos originais a qualquer tempo, com prazo de 5 dias úteis para apresentação.

c) Natureza do prazo dos perfis: o período de 15 de junho a 15 de dezembro de 2026 é qualificado pelo próprio edital como período estimado de execução, e não como termo peremptório, comportando prorrogação dentro da vigência do credenciamento e do Termo de Fomento nº 07/2026.

d) Limite intransponível: os valores de referência constituem teto por perfil, extraídos dos planos de trabalho aprovados, sendo vedada a celebração acima desse limite, sob pena de responsabilização pessoal dos dirigentes e devolução dos recursos, nos termos dos arts. 51 e 52 do Decreto Municipal nº 1.498/2018. A modulação atua sobre prazos e sobre o modo de comprovação, jamais sobre o teto.

VI – DAS MEDIDAS PROPOSTAS

Nº	Medida	Efeito prático
1	**Conceder prazo de adequação de 60 (sessenta) dias**, a contar de 11 de setembro a 11 de novembro de 2026, para que a contratada promova, junto ao CREF6/MG, o registro do estabelecimento exigido pelo perfil, mantida integralmente a execução das atividades no período	*Sana o vício formal pela via própria, respeitando o tempo de tramitação no conselho, sem interromper o serviço*
2	Solicitar de AFONSO LEANDRO MIRANDA COTTA e da TEAM CARLA LTDA, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação, **a entrega da via original dos documentos expedidos pelo CREF6/MG**, com holograma oficial, para conferência e arquivamento na pasta contratual	*Atende à condição de eficácia imposta pelo próprio conselho e ao item 7.5 do edital, encerrando a discussão sobre a fidedignidade das cópias*
3	**Não aplicar suspensão da execução nem retenção cautelar de pagamento**, por estar comprovada a habilitação técnica do profissional que conduz as atividades, sendo a pendência de registro do estabelecimento vício de ordem empresarial que não atinge a aptidão técnica nem autoriza desabilitação do profissional	*Preserva o atendimento aos beneficiários e a remuneração do serviço efetivamente prestado, evitando sanção desproporcional ao vício*
4	**Prorrogar a vigência contratual até 31 de dezembro de 2026**, mantendo a execução presencial das atividades até 15 de dezembro de 2026 e destinando o período de 16 a 31 de dezembro exclusivamente ao fechamento documental, sem acréscimo de carga horária presencial	*Concilia o período estimado do perfil com a vigência do credenciamento e assegura encerramento com documentação completa*
5	**Consignar em ata que o registro em conselho tem natureza declaratória da condição técnica adquirida com a graduação**, de modo que sua apresentação saneia a instrução do processo sem invalidar os atos praticados nem autorizar glosa retroativa das competências já atestadas e pagas	*Encerra documentalmente o período anterior, antes de eventual apontamento do controle*
6	**Sanear, por despacho, a referência normativa dos Perfis 3.A e 3.B do edital**, substituindo a menção à Resolução CONFEF nº 376/2016 pela Resolução CONFEF nº 477/2023	*Elimina divergência formal sem reabrir o certame*

Não cumprido o prazo da Medida nº 1, a ocorrência será registrada nos autos pelo fiscal do contrato, submetida à Diretoria Executiva e comunicada ao Município de Rio Doce/MG, preservando-se a execução das atividades até deliberação em contrário, fundamentada e específica.

VII – DO CRONOGRAMA DE SANEAMENTO

Prazo	Providência	Responsável
Imediato	Juntada, manifestação do fiscal e deliberação da Comissão de Contratação	Fiscal e Comissão
Imediato	Decisão administrativa e celebração dos termos aditivos	Diretoria Executiva
5 dias da notificação	Entrega das vias originais dos documentos do CREF6/MG, com holograma oficial	Afonso Leandro Miranda Cotta e TEAM CARLA LTDA
15 dias	Certidão de Registro e Quitação de ambos, com indicação da data de inscrição	Ambos os prestadores
11/11/2026	Encerramento do prazo de adequação: comprovação do registro do estabelecimento no CREF6/MG	Contratada
25/11/2026	Apresentação da cédula definitiva ou de nova certidão com validade que alcance 31/12/2026	Afonso Leandro Miranda Cotta
15/12/2026	Encerramento da execução presencial das atividades	Contratadas
31/12/2026	Entrega do fechamento documental e encerramento contratual	Contratadas

VIII – CONCLUSÃO

A modulação proposta mantém intacta a exigência de habilitação, deslocando apenas o tempo e o modo de sua comprovação, e dimensiona a resposta administrativa à natureza real do vício, que é empresarial e formal, e não técnico. Preserva-se a finalidade pública da parceria, que é o atendimento continuado dos beneficiários, sem afrouxar o controle sobre a aplicação do recurso público e sem ultrapassar o teto do plano de trabalho.

Recomenda-se a aprovação das medidas pela Comissão de Contratação, sua formalização por decisão administrativa e a comunicação de ofício ao Município de Rio Doce/MG, com cópia à Controladoria Geral, antes de qualquer provocação do órgão de controle.

Rio Doce/MG, 10 de setembro de 2026.

Jean Carlos Gomes Calixto
Diretor Executivo
Presidente da Comissão de Contratação